

ÀFRICA RECONTADA: a experiência feminina da troca de conhecimento e suas práticas no terreiro.

Bianca Rocha Silva¹

Resumo: Investigar o papel desempenhado pelas mulheres negras na transmissão dos saberes sobre a cultura e memória Africanas e Afro-brasileiras para crianças, na comunidade do bairro Santa Inês, Itabuna-Ba, em especial no Ilê Axé Ijexá, terreiro de origem nagô, fundado por Ruy Póvoas, em Itabuna, no ano de 1975. Como foco da pesquisa iremos buscar pensar a história dessas mulheres e crianças na construção da historiografia regional. No interior de uma religião de matriz Africana, considerada no século XIX, matriarcal, contudo, inserida numa sociedade moldada pelo patriarcado, o Candomblé será compreendido como um elemento de difusão, resistência e conhecimento ancestral, inserido em uma comunidade periférica, mantendo uma relação de vizinhança com seu entorno ao tempo em que vai se produzindo no contexto. É sabido que a religião de matriz Africana e Brasileira vai forjar-se em uma sociedade de conflitos de raça e classe no período colonial, estendendo-se até os dias atuais. Essa religião como elemento fundamental de existência e valorização da memória, faz o uso da história oral como meio de sua propagação. Para a historiografia, segundo Verena Alberti (1996), a história oral é uma metodologia de pesquisa e constituição de fontes para o estudo da história contemporânea, surgida nos meados do século XX, um componente importante no auxílio dos trabalhos dos historiadores. O intuito desse trabalho não está em trazer a historiografia do que é o Candomblé no Brasil, mas refletir como é o processo de transmissão de saberes ancestrais e fazeres entre mulheres e crianças, no Terreiro.

Introdução

Quando pensamos em produção ou transmissão do conhecimento, que gera educação, disseminação de paradigma cultural, é inevitável que o espaço escolar surja como primeira opção na construção do nosso pensar quando se trata de um espaço formal de educação. Compreendemos a

¹Discente da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC. Cursa história pertencente ao Departamento de Filosofia e Ciências humanas.

escola em quanto um lugar que deve ser construído de maneira democrática, por pais, alunos, professores e comunidade onde se insere. Esse caminhar nem sempre é possível, por compreender que o Brasil um país subdesenvolvido apresenta um dos maiores de seus problemas, as desigualdades sociais que nascem a partir da lógica colonizadora, se enraíza no período pós- abolição e seus frutos colhemos até os dias mais recentes.

Vale ressaltar que desde do início da colonização, as escolas jesuítas que surgiram eram poucas e não destinada a todos, embora as crianças indígena tivessem acesso o mesmo não podemos dizer sobre as crianças negras, por mais que alguns escravos aprendessem a ler e escrever com os padres. O ensino público quando instalado, de forma precária, durante o governo de Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, os registros aponta a não existência de uma educação voltada para crianças negras ou filhos de escravos, segundo Marília B, A. Ariza² que afirma *o quadro da criança escrava é realmente desolador*.

A partir da lei do Ventre Livre (28/09/1871), Mary Del Priore³ demonstra através de seus estudos que para as crianças libertas restaram a perspectiva do ensino profissionalizante. Onde instituições privadas tomam para si o ensino dessas crianças, que aprendiam a leitura, escrita, aritmética, mas o principal objetivo era o aprendizado do trabalho manual, a fim de disciplinar essas crianças e não trazer uma educação as emancipassem. Tal ação era impulsionada por instituições de caráter religioso. Enquanto Marília Ariza relata que apesar da lei, as crianças permaneciam em posse dos proprietários de suas mães, que procuravam a todo custo fraudar os documentos que comprovassem liberdade a estes indivíduos. Além de poder permanecer com sob o domínio dos proprietários até os 21 anos ou ser oferecido para os domínios públicos ganhando uma indenização de 600 mil-réis. Raros foram os casos de indenizações. *“após a abolição,, em 1888, antigos senhores tentaram avidamente manter o controle sobre os “ingênuos”, engajando-os, com a ajuda a autoridades judiciais, em contratos de trabalho e vínculo de tutela que tinham sempre a mesma falsa justificativa: zelar pelas pobres crianças e seu futuro”*.

Com as grandes reformas urbanas contexto de revolução industrial e a criação da escola burguesa dos séculos XVIII-XIX que, de maneira nenhuma, fora pensada em uma escola para todos. Por conseguinte quando surgem as primeiras instituições educacionais criadas no Brasil, tem como objetivo a educação dos filhos/as da elite. Nesse quadro, a criança negra e analfabeta se torna uma espécie de testemunha muda e silenciosa, a todos esses acontecimentos.

As escolas criadas no contexto acima começam a se configuram em um quadro disciplinar, que se organiza da seguinte forma, disciplinas “centrais”- matemática, física, química, língua materna e

²Autora do artigo Crianças/ventre livre. Livro Dicionário da escravidão e liberdade. Org. SCHWARCZ, Livia M. & GOMES, Flávio. Companhia das letras.

³DEL PRIORI, M. A criança negra no Brasil. Cap 14. Infância, adolescências e famílias. São Paulo, Contexto, 1999.

geografia – já as ciências humanas ocupavam um lugar secundário. Criando assim um modelo de ensino tecnicista.

O ensino tecnicista, modelo adotado pelas escolas neste período, tem como objetivo de preparar uma massa de trabalhadores para ser mão de obra das grandes indústrias. Os/as alunos/as sentam enfileirados/as, o professor único detentor do conhecimento, que estimula o processo de aprendizagem através de memorizações que se distanciam das vivências diárias dos alunos, levando ao esquecimento, com um real objetivo, de não levar os alunos a expandirem e criarem uma autonomia no pensar, mas reproduzir o que se ouve e de atender a lógica do mercado de trabalho, mostrando que não se faz necessário formar cidadão com mentes autônomas.

Diante dessa contextualização o presente trabalho se propõe a investigar como essas crianças negras, tendo em vista seu histórico ancestral no território brasileiro marcado pela negação ao acesso à educação. Contudo por meio de saberes ancestrais semeados mediante a prática de religiões de matrizes Africanas, neste caso o Candomblé, nos propomos a analisar/registrar como as crianças são inseridas nesse espaço.

A autora Stela Guedes Caputo⁴, após trabalhar vinte anos com crianças de terreiros de candomblé, buscando compreender os terreiros como espaços de circulações/transmissão de saberes e significações, afirma que *crescer no terreiro de Candomblé (e também de umbanda) é aprender a conviver com as múltiplas diferenças e partilhar; com isso, uma nova perspectiva de educação, anti-racista e plural.*

Entendendo o Candomblé como uma religião cuja tradição e fundamento são adquiridos a partir de uma longa trajetória de dedicação e vivências com as pessoas mais velhas, que são consideradas guardiã de toda uma cultura ancestral, Africana e Afro-brasileira. Na sua grande maioria, as casas se mantiveram recuadas escondidas nas matas em busca de todo um sigilo, com o avanço da tecnologia e as informações rápidas, ocorre uma disseminação de ideias que reforçam a folclorização e a discriminação de toda uma cultura em função de uma estrutura que se baseia na manutenção, exploração e estigmatização de um povo que sofre a séculos desde do começo das rotas ultramarinas.

Na pesquisa de Stela Guedes Caputo, ela se atentou para um projeto de lei 3.459, do ex-deputado Carlos Dias, implementado pelo estado do Rio de Janeiro, na época, com o consentimento do Governador Antony Garotinho, que instituiu o ensino religioso, como disciplina base do currículo escolar do estado. O trabalho também se desenvolve nas mediações do terreiro Ilé Àse Omi Laare Ìyá Sagbá, que fica em Santa Cruz da Serra, Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A busca consistia em acompanhar as crianças da casa nas práticas religiosas do terreiro e como era a relação da escola

⁴Tese Educação em terreiros -e como a escola se relaciona com as crianças que pratica Candomblé. Doutora em educação pela PUC-Rio.

com elas, tendo um projeto de lei sancionado pelo estado de um lado e a não efetividade da lei 10.639/2003⁵ e 11.645/2008⁶ nas escolas.

Com obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, levantado como um oportunismo político, o cenário para os alunos/as vindos/as de religiões de matriz africana (principalmente para as crianças e adolescentes), encontram professores com falta de formação para trabalhar a diversidade- religiosa que podemos encontrar em todo país. Praticando racismo e discriminação religiosa com amparo do estado. Caputo, aponta que mesmo com o surgimento da lei 10.639/2003 e 11.645/2008, fruto de uma luta dos movimento sociais por identificar o silenciamento das histórias do povo preto no Brasil e na sociedade, nos livros ainda estamos ocupando papéis secundários, demonstrando que para mudança é necessário um verdadeiro trabalho de formiguinha, que os profissionais chegam nesse espaços escolar onde Caputo desenvolveu sua pesquisa, e mostraram total despreparo para trata da pluralidades religiosa que existe, reproduzindo o senso comum cristão.

Processo esse que ainda precisa ser rompido e superado e que se dá em um contexto tenso de choque entre paradigmas no qual, algumas culturas e formas de conhecer o mundo se tornaram dominantes em detrimento de outras por meio de formas explícitas e simbólicas de força e violência. Tal método resultou na hegemonia de um conhecimento em detrimento de outro e a instauração de um imaginário que vê de forma hierarquizada e inferior as culturas, povos e grupos étnico-raciais que estão fora do arquétipo considerado civilizado, colonizado, adestrado, a saber, o eixo do Ocidente, ou o “Norte” colonial.

Porém recente a história e visibilidade do povo negro no Brasil, principalmente no que se refere no processo de relocação de papéis enquanto sujeitos históricos na formação desse país. Portanto, se faz necessário reavaliar os currículos escolares, pois mesmo havendo leis que garanta os estudos Africanos e Afro-brasileiros nas escolas temos toda uma estrutura patriarcal e racista de ensino. Pensar nas problemáticas que todas essas questões carregam, podemos ver o Candomblé como uma religião de resistência que já se organizou através do movimento negro, e de lutas de homens e mulheres que mantiveram ao lado de suas comunidades religiosas que carregam sua ancestralidade de África.

Conclusão

⁵ Lei que obriga os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. E calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

⁶ Modifica a lei a fim de incluir o conteúdo programático a incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Assim sendo, compreendemos o Candomblé como uma escola que rompe os padrões ocidentais de ensino, resistindo e existindo África na sua metodologia de ensino da religião. As crianças que tem a oportunidade de crescerem aos redores do terreiro tem uma formação que difere daquelas que frequenta o espaço formal de ensino. Os valores compartilhados, as experiências com os *orisàs*, o contato com a língua sobrepõe tudo que é ensinado hegemonicamente por está sociedade. A percepção da vida, como a formação do sistema cognitivo ocorre de outra maneira, despertando/registrando nos corpos memórias ancestrais dos seus antepassados.

O presente trabalho se encontra na sua fase inicial, assim sendo a seguinte hipótese levantada no parágrafo acima, será avaliada a partir de uma vivência direta com as crianças e as mulheres no Terreiro, Ilé Axé Ijexá, situado no bairro do Santa Inês da cidade de Itabuna-BA. Com base nas entrevistas e análises feitas de acordo com as experiências compartilhadas pela casa estudada.

Referências Bibliográficas

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

DEL PRIORI, M. A criança negra no Brasil. Cap 14. Infância, adolescências e famílias. São Paulo, Contexto, 1999.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques (org.). A História Nova. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. Tempo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996.

STEARNS, Peter N. A infância. São Paulo: Contexto, 2006.